

**FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO E ECONOMIA
MBA EM GESTÃO ESTRATÉGICA DE EMPRESAS**

RODRIGO LIBERATORI PASCINI

**FATORES EXTERNOS QUE INFLUENCIAM NA PRODUTIVIDADE DAS
EMPRESAS NO BRASIL (2015): VISÃO DOS EXECUTIVOS BRASILEIROS**

**CURITIBA
2015**

**FATORES EXTERNOS QUE INFLUENCIAM NA PRODUTIVIDADE DAS
EMPRESAS NO BRASIL (2015): VISÃO DOS EXECUTIVOS BRASILEIROS**

Trabalho apresentado ao Curso de MBA
de Gestão Estratégica de Empresas 3/13,
do ISAE – Fundação Getúlio Vargas.

Orientador: Prof. Thomas Drunkenmolle

**CURITIBA
2015**

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Evolução da PTF e da Produtividade do Trabalho.....	9
Figura 2 – Decomposição do Crescimento Anual do PIB Real.....	10
Figura 3 – A produtividade na América Latina	13
Figura 4 – Indicador da Percepção da Corrupção: 1996 a 2009.....	35
Figura 5 – Resultados da questão número 1.....	38
Figura 6 – Análise dos dados da questão número 2.....	39
Figura 7 – Respostas da pergunta número 3.....	40
Figura 8 – Respostas da pergunta número 4.....	41
Figura 9 – Respostas da pergunta número 5	42
Figura 10 – Respostas da pergunta número 6.....	43

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Comparativo de informalidade da economia.....	23
Tabela 2 - Respostas da questão número 2.....	38

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO	5
2 - PRODUTIVIDADE	6
2.1 Conceito de produtividade	6
2.2 Evolução da produtividade no Brasil	8
2.3 Comparativo da produtividade do Brasil x outros países	11
2.4 Produto Interno Bruto (PIB) e sua relação com a produtividade	19
3 - FATORES QUE INFLUENCIAM A PRODUTIVIDADE	22
3.1 Economia informal	22
3.2 Infra-estrutura logística	24
3.3 Burocracia.....	27
3.4 Marco regulatório	28
3.5 Tecnologia	29
3.6 Capital Humano	31
3.7 Sistema tributário	32
3.8 Corrupção	34
4 – VISÃO DO EMPRESÁRIO BRASILEIRO	36
4.1 Metodologia da pesquisa.....	36
4.2 Apresentação e análise dos resultados	37
5 - CONCLUSÃO	44
6 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	45
ANEXO 1 - Pesquisa on-line utilizando o web site SurveyMonkey.....	48

1 INTRODUÇÃO

O crescimento de um país é influenciado pela disponibilidade dos fatores de produção capital e trabalho. No que se refere ao capital, o Brasil já teve experiências negativas no passado, com a excessiva dependência de empréstimos externos, pela falta de poupança interna. Falando de trabalho, por outro lado, o Brasil alavancou parte do seu crescimento recente com a absorção de consideráveis contingentes de mão de obra que ainda estavam disponíveis. Essa ferramenta se esgotou quando foi atingida a situação de pleno emprego, que desconsidera aqueles que não buscam trabalho por estarem acomodados nos programas de salário-desemprego e bolsa família. Diante desse quadro, a ampliação dos fatores de produção, depende fundamentalmente do crescimento da produtividade, que por sua vez depende do aumento dos investimentos e da desaceleração da transferência de recursos do setor privado, mais eficiente, para o público, menos eficiente. Importante assinalar que a capacidade de produção da indústria brasileira foi amplamente afetada na última década. A produtividade é um tema central no debate sobre crescimento econômico. O modelo neoclássico de crescimento coloca o aumento na produtividade total dos fatores como a única fonte de crescimento da renda per capita no longo prazo. Não só o aumento na produtividade gera um produto maior com a mesma quantidade de insumos, como também incentivos para que mais investimentos sejam feitos, ocorrendo um efeito transbordamento para toda a economia.

Embora já tenha conquistado o posto de sexta maior economia do mundo em 2011, o Brasil ainda se vê às voltas com dificuldades estruturais, burocráticas e econômicas que destoam do papel assumido pelo país na cena internacional nos últimos anos. No final de 2012, vários economistas já apontavam que indicadores de produtividade das empresas brasileiras tinham reduzido sua velocidade e que a retomada do crescimento econômico iria depender, cada vez mais, da evolução dessa variável.

Tal conjunto de entraves, o chamado "Custo Brasil", impede um crescimento mais robusto da economia, minando a eficiência da indústria nacional e a competitividade dos produtos brasileiros. No governo brasileiro, por outro lado, ganhou força o entendimento de que a manutenção e o aprofundamento das conquistas sociais obtidas na década anterior, além de serem cruciais, dependeriam

de maiores ganhos de eficiência e produtividade. O aumento da produtividade no trabalho não seria, por suposto, um fim em si mesmo, mas o mecanismo primordial para garantir maior renda e mais qualidade de vida para a população.

A percepção da importância do tema foi se cristalizando ao longo do tempo, assim como a de que não bastava apenas analisar o comportamento dessa variável. Mais do que elaborar um diagnóstico a respeito da evolução da produtividade brasileira, seria necessário avançar na identificação das causas mais profundas e estruturais deste baixo crescimento. O desempenho insuficiente da produtividade no país preocupa os economistas há mais de 30 anos. Esperava-se que a densa industrialização brasileira enraizaria as bases materiais do círculo de realimentação crescimento-produtividade na economia que, porém, não ocorreu. Daí a origem desse enigma.

Existem várias discussões sobre os fatores que geram esta baixa competitividade nas empresas brasileiras. O objetivo deste trabalho estará focado em entender a visão do executivo brasileiro sobre estes fatores e discutir os fatores conjunturais da realidade brasileira, sem focar em um segmento ou empresa específica. Pode-se descrever mais de uma dezena de fatores que têm essa característica, porém o trabalho discutirá os mais relevantes que afetam diretamente todos os segmentos (de forma mais ou menos intensa) como: educação (capital humano), infraestrutura, sistema tributário e trabalhista, tecnologia, burocracia, corrupção, informalidade da economia e marco regulatório.

2 PRODUTIVIDADE

2.1 Conceito de Produtividade

De acordo com Moreira (1988), os estudos sobre produtividade podem ser realizados com base em várias linhas de pensamento. Entre tais linhas, três se destacam: i) o enfoque da engenharia, no qual os estudos buscam mostrar os efeitos sobre a produtividade dos métodos e técnicas usados pelos engenheiros, sendo o centro de atenção à forma como as tarefas são realizadas; ii) o enfoque dos recursos humanos, em que os estudos se concentram em mostrar as condições de trabalho e a maneira como as relações humanas afetam a produtividade, sendo as pessoas o centro das atenções; iii) o enfoque da economia, que se concentra em

variáveis mais agregadas, ou seja, vai além da empresa individual. A partir do exposto acima, percebe-se que a produtividade permeia diversas áreas do conhecimento relacionadas com a compreensão das atividades produtivas e seus impactos na sociedade.

A produtividade, de maneira simples, corresponde à relação entre a produção de bens e serviços e os insumos, sejam eles humanos ou não humanos, utilizados no processo de produção. O crescimento da produtividade ao longo do tempo, de acordo com Moreira (1993), constitui fator primordial para o crescimento e competitividade da empresa.

Segundo o autor: *Dado um sistema de produção, onde insumos são combinados para fornecer uma saída, a produtividade refere-se ao maior ou menor aproveitamento dos recursos nesse processo de produção, ou seja, diz respeito a quanto se pode produzir partindo de certa quantidade de recursos. Neste sentido, um crescimento da produtividade implica em um melhor aproveitamento de funcionários, máquinas, da energia e dos combustíveis consumido, da matéria prima, e assim por diante... Aumentando a produtividade, diminuem os custos de produção ou dos serviços prestados. Isso acontece exatamente porque cada unidade de produto ou de serviço terá sido conseguida com menor quantidade de insumos, o que afeta diretamente o custo. Se produtos iguais ou semelhantes são oferecidos no mercado a um preço menor (por causa do custo menor), a empresa verá melhorada a sua condição de competitividade, aumentará sua participação nesse mercado e conseqüentemente seus lucros. Com esse aumento de lucros, a empresa terá mais condições de investir no seu próprio crescimento, melhorando ainda mais sua competitividade e assim por diante, a não ser que ocorrências internas quebrem essa cadeia, como uma grande recessão, por exemplo, (Moreira, 1993, p. 600).*

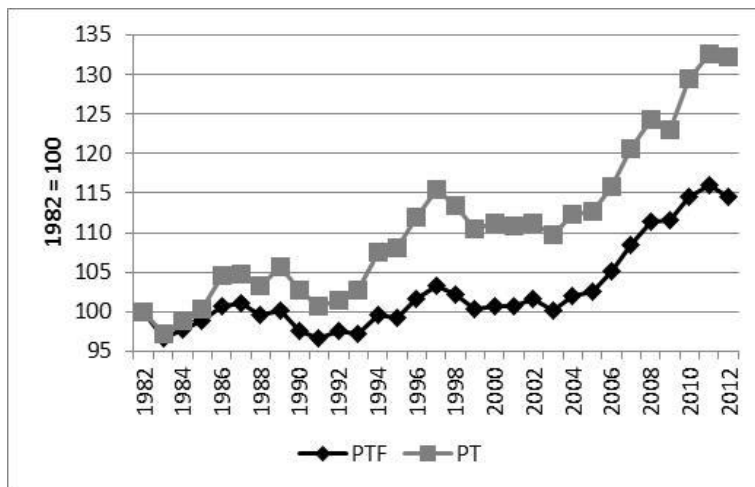
Além dos benefícios que as empresas obtêm ao conseguirem ganhos contínuos de produtividade ao longo do tempo, existem outros benefícios associados ao crescimento da produtividade. Produtividade e competitividade: de acordo com Christensen (1999), a criação de riqueza em uma nação se dá em nível microeconômico, sendo que os fundamentos microeconômicos da competitividade são a sofisticação com a qual ocorre a competição entre as empresas e a qualidade do ambiente de negócios. Este ambiente de negócio é, por sua vez, determinado pelas condições de oferta dos insumos, pelas características da rivalidade e

estratégias adotadas pelas empresas, pelas condições de demanda e pelas características das indústrias correlatas e de apoio. Percebe-se, então, que as estratégias elaboradas e implementadas pelas empresas para elevar sua competitividade têm um impacto sobre o nível de produtividade da economia e, conseqüentemente, sobre a criação de riqueza dentro desta economia.

2.2 Evolução da produtividade no Brasil

Na última década no Brasil, a produtividade vem ganhando importância na determinação do crescimento da economia. Uma medida geral de produtividade na economia amplamente utilizada é chamada produtividade total dos fatores (PTF) e representa o crescimento do produto devido à melhoria do processo de produção, entre outros motivos, por meio de avanços tecnológicos, melhoria de gestão ou insumos de melhor qualidade. A Figura 1 (abaixo) nos mostra que a PTF da economia brasileira teve crescimento acentuado entre 2006 e 2010, após flutuações na década de 1980 e estagnação entre o final dos anos 1990 e início dos anos 2000. Avanços na PTF e no estoque de máquinas e equipamentos aumentam a produtividade do trabalho, ou seja, o valor produzido por cada trabalhador. Essa medida é bastante utilizada para medir e comparar a produtividade entre países. Na Figura 1 podemos observar que a produtividade do trabalho também vem crescendo a uma taxa mais alta que a PTF, devido ao investimento em capital. Estudo recente (Bonnelli e Fontes, 2013) mostra que o crescimento da produtividade do trabalho ganhou importância nos últimos anos. Os autores mostram que esse crescimento respondeu por 50% do crescimento do produto nos anos 2000, enquanto o crescimento populacional, que foi o segundo fator mais importante, teve participação de 34%.

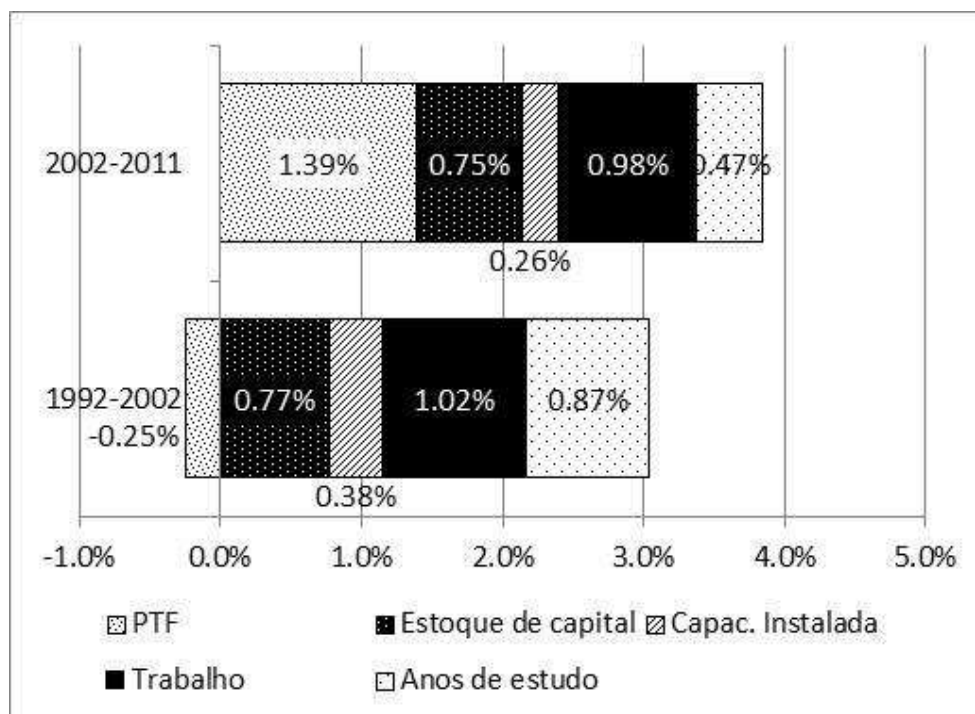
Figura 1 – Evolução da PTF e da Produtividade do Trabalho



Mais importante, no entanto, é que no futuro, o crescimento dessa variável terá papel fundamental no crescimento do PIB, em comparação com as variáveis demográficas e do mercado de trabalho. Segundo projeções dos autores, com a redução do ritmo de crescimento demográfico, os fatores associados à expansão da população tendem a ter importância menor no crescimento do produto, enquanto que a produtividade do trabalho terá relevância ainda maior.

A produtividade explica a diferença da taxa de crescimento da economia brasileira entre os anos 1990 e 2000. Na decomposição de crescimento do PIB, mostrada na Figura 2 abaixo, fica claro que o fator que mais fez diferença entre os períodos 1992-2002 (em que o PIB aumentou 2,8% ao ano) e de 2002-2011 (3,8% a.a.) foi o crescimento mais acelerado da produtividade total dos fatores (PTF) dos anos 2000. Note que esse fato ocorre mesmo após considerarmos o crescimento da escolaridade da força de trabalho.

Figura 2 – Decomposição do Crescimento Anual do PIB Real



A agricultura foi o setor que mais ganhou produtividade nos últimos anos no Brasil. Entre 2000 e 2009, houve avanço médio anual de 3,8% na relação. Em contrapartida, no mesmo intervalo, a indústria de transformação perdeu 0,8% em produtividade anualmente. Os dados fazem parte da estudo sobre produtividade da 28ª edição do Boletim Radar, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Ao desagregar os dados indústria por segmento no período entre 2007 e 2010, o estudo mostra que o segmento de óleo e gás foi o que mais avançou. Extração de petróleo e gás natural aumentou sua produtividade em 82,24% e fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis, em 157,4%. A produtividade da indústria extrativa, aliás, cresceu cerca de 20% no quadriênio, patamar bastante superior ao da indústria de transformação (6%). Perderam produtividade fabricação de celulose, papel e produtos de papel (queda de 1,66%), fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (recoo de 2,65%), fabricação de produtos químicos (diminuição de 3,4%), metalurgia (baixa de 12,12%). Os setores de vestuário e de calçados, que enfrentam concorrência acirrada de importados no mercado interno e ambiente hostil no cenário externo, tiveram ganhos de produtividade médios de 3,7% no período.

2.3 Comparativo da produtividade no Brasil x outros países

No início do século 20, o americano Henry Ford cunhou uma frase que continua presente nos manuais de gestão: “Há uma única regra para um industrial: faça produtos com a melhor qualidade possível, ao menor custo, pagando os salários mais altos que puder”. Hoje óbvia, a lição de Ford foi tirada das experiências da primeira linha de montagem de carros, criada em 1913, em Highland Park, em Michigan. Nela, o operário passou a repetir a função de inserir as peças nos veículos, movidos numa esteira. O propósito dessa organização foi ganhar produtividade.

Cada empregado da Ford recebia 5 dólares ao dia — o dobro da média americana da época. No sistema fordista, um carro passou a ser montado em 98 minutos, com qualidade, preço baixo e volume de produção. O método, que exigia grande investimento em máquinas, foi amplamente copiado e transcendeu as fronteiras do setor automotivo e dos Estados Unidos.

Um século depois, a obsessão de Ford pelo aumento de produtividade de homens e máquinas continua a ser um mantra. Do chão de fábrica, ela migrou para a agricultura, para a construção e para os serviços — e ganhou a dimensão das nações. Hoje, a produtividade é vista como uma medida da eficiência no uso de fatores como o capital e o trabalho. A capacidade de fazer mais com os recursos disponíveis se tornou também um atalho para o desenvolvimento. “A melhor maneira de um país enriquecer é conseguir que cada trabalhador produza mais”, diz o economista José Alexandre Scheinkman, professor da Universidade de Princeton.

O Brasil, país de renda média que almeja ser rico um dia, emperrou nesse quesito. De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, a produtividade brasileira está estagnada há três décadas. Nos anos 80, ela encolheu 1,35% ao ano. Continuou a cair à média de quase 1% ao ano na década seguinte. Nos anos 2000, avançou apenas 0,9% por ano, cifra insuficiente para zerar os tombos anteriores. O que está em jogo não é mais uma estatística mirrada, como tantas outras do Brasil. Trata-se da capacidade de o país continuar crescendo com vigor. O crescimento da economia na última década ocorreu graças à incorporação de milhões de pessoas ao mercado de trabalho e à forte demanda internacional por nossos produtos.

Tudo isso foi ótimo para o Brasil. Mas dificilmente esses fenômenos se repetirão daqui por diante. Ou seja, a fase fácil do crescimento acabou. Agora, o país vai precisar tirar mais de cada máquina e de cada trabalhador. Para reconquistar o brilho, precisamos — já — vencer a batalha da produtividade. Ao longo da história econômica, os acadêmicos têm tentado entender o peso da produtividade no desenvolvimento das nações. Em 1776, o escocês Adam Smith já lançava os primeiros conceitos que envolviam a produtividade e a especialização da produção industrial. Smith dizia que, ao confeccionar alfinetes, mesmo um artesão habilidoso não conseguiria produzir mais que 20 peças por mês.

Já numa fábrica de alfinetes, o processo envolvia 18 etapas e dez funcionários, que, à medida que se especializavam, conferiam mais velocidade à tarefa e davam volume à produção. No início do século 19, em plena Revolução Industrial, as empresas têxteis de Lancashire, no norte da Inglaterra, provaram que trabalhadores capacitados e tecnologia resultavam em alta produtividade.

A Inglaterra tornou-se o grande fornecedor de têxteis no mundo — e outros setores industriais passaram a seguir o caminho da mecanização. O grande salto acadêmico, porém, veio só em 1950, quando o economista americano Robert Solow, ganhador do prêmio Nobel e considerado o papa do assunto, conseguiu computar os efeitos da produtividade na economia, provando assim seu potencial transformador.

Nas palavras de outro vencedor do Nobel, o economista Paul Krugman, “produtividade não é tudo, mas no longo prazo é quase tudo”. Ou seja, ela é a chave para pavimentar a rota de um país para o enriquecimento.

Em 2012, um trabalhador brasileiro gerava perto de 22 000 dólares por ano de riqueza. O americano, cerca de 100 000 dólares. Ou seja, são necessários cinco brasileiros para produzir a mesma riqueza que um americano. A enorme diferença faz sentido. Afinal, os Estados Unidos investem seis vezes mais do que o Brasil. A produtividade maior também gera uma recompensa: a renda per capita dos americanos é cinco vezes a nossa. Tudo está interligado. Isso não quer dizer, porém, que os brasileiros trabalhem pouco. Ao contrário, dedicamos mais horas ao trabalho do que a população da maioria dos países ricos, segundo dados da

Organização Internacional do Trabalho e da OCDE, o clube das economias desenvolvidas. Veja abaixo, como fica o Brasil em um comparativo com outros países da América Latina.

Figura 3 – A produtividade na América Latina



Mas horas de trabalho e resultado em termos de produção são coisas diferentes. Veja o exemplo da Alemanha. Entre os mais produtivos trabalhadores da Europa, os alemães enfrentam jornadas de, em média, 38 horas de trabalho semanal — ante 44 horas dos brasileiros — e desfrutam de 40 dias úteis de férias por ano, o que os coloca entre os recordistas europeus em folgas.

Mesmo com uma jornada menor, o trabalhador alemão é quatro vezes mais produtivo do que o brasileiro. “A questão está na qualidade do trabalho, e não na quantidade”, diz o economista Samuel Pessôa, da consultoria Reliance.

As lições de Estados Unidos e Alemanha mostram que a produtividade é uma síntese das escolhas das nações ao longo do tempo. Aquelas que investiram na educação, na infraestrutura e nas instituições fortes têm uma economia mais eficiente e, portanto, mais rica. No caso do Brasil, infelizmente, a baixa produtividade é o resultado de muitos fracassos.

O sofrível nível educacional é um deles. Os brasileiros têm, em média, 7,5 anos de escolaridade — ante 12 anos dos americanos. Aqui, apenas 11% da população tem diploma universitário — quase a mesma proporção de 30 anos atrás. E pior: só 35% dos alunos do ensino médio são plenamente alfabetizados — ou seja, têm condições de entender plenamente um manual.

Esses indicadores ruins da educação se refletem no campo do trabalho. Nas grandes empresas brasileiras, apenas 13% da força de trabalho tem formação superior — nas pequenas empresas a situação é ainda mais grave, 7%. Isso leva a um desdobramento igualmente grave: falta capacidade de inovação.

Em 2010, o Brasil registrou 22 681 pedidos de patentes — os Estados Unidos, quase meio milhão. Investimos apenas 1,2% do PIB em pesquisa e desenvolvimento, um terço do esforço japonês. Tudo isso explica a dificuldade das empresas brasileiras para atuar num ambiente cada vez mais tecnologicamente competitivo.

A fabricante de software Totvs, de São Paulo, que emprega 5 600 pessoas, acabou de abrir um escritório na cidade americana de Mountain View, no Vale do Silício — onde fica a sede do Google. A Totvs contratou lá 12 funcionários para realizar o desenvolvimento completo de software, algo que tem dificuldade aqui.

“Simplesmente não há gente para fazer isso no Brasil”, diz Laércio Cosentino, presidente da Totvs. Para piorar, um funcionário brasileiro leva até 120 dias para ser treinado. Nos Estados Unidos, isso é feito em 30 dias. “O americano já chega à empresa pronto”, diz Cosentino.

O fato é que a contribuição da produtividade ao crescimento econômico tem sido modesta no Brasil. Os surtos recentes de crescimento foram impulsionados basicamente por aumento de demanda. Quando o consumo estava em alta e a produção alcançava o limite, entrava em ação uma mão de obra ociosa que, ao primeiro sinal de desaceleração da economia, era descartada. Isso fez com que a massa de desempregados atuasse como um colchão para amortecer os altos e baixos da atividade econômica. Na última década, a situação mudou. A economia

brasileira cresceu 40% e absorveu boa parte do estoque de trabalhadores antes alijados do mercado.

No período de 2003 a 2011, a taxa de desemprego caiu de 12% para 6%. Tratou-se, obviamente, de uma excepcional notícia para o país. Num cenário de quase pleno emprego, porém, a competição entre as empresas pelos mais capacitados se acirra. “Quando os aumentos salariais não são acompanhados de elevação de produtividade, isso significa que as margens das empresas estão sendo corroídas”, diz o economista Fabio Giambiagi, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. A consequência disso: menos lucro, menos capacidade de competir e menos fôlego para fazer investimentos.

Um estudo inédito da consultoria Boston Consulting Group mostra que mais de 70% do crescimento brasileiro na última década foi resultado justamente da incorporação de mão de obra ao mercado de trabalho. Nos 3,7% de expansão média do PIB de 2001 a 2011, o aumento do nível de emprego e a expansão da população ativa responderam por 2,7 pontos.

A produtividade somou apenas 1 ponto percentual à média. Enquanto isso, em outros grandes emergentes, o avanço do PIB veio principalmente do aumento de produtividade — no caso da China, ela respondeu por 93% da taxa de crescimento econômico da última década. Cada trabalhador chinês gera uma riqueza de quase 9 000 dólares por ano — ainda menos da metade da dos brasileiros. No entanto, a produtividade chinesa vem crescendo à taxa de 9% ao ano. Se os dois países continuarem no mesmo ritmo, os chineses deverão ultrapassar os brasileiros em riqueza adicionada em 2024.

Ou seja, daqui para frente, o ritmo de crescimento econômico no Brasil vai ser ditado pelo que ocorrer na produtividade. Apenas para manter a média de expansão do PIB dos últimos dez anos, será necessário duplicar o crescimento da produtividade para 3%.

Uma das razões da estagnação da produtividade nas últimas décadas é o baixo investimento. Em 1990, para cada brasileiro empregado havia um estoque de equipamentos de 41 000 dólares. Em 2010, a correlação permanecia praticamente a

mesma. No mesmo período, os Estados Unidos elevaram o estoque de equipamento por empregado de 169 000 para 245 000 dólares, ampliando uma diferença de capital investido que já era grande em relação ao Brasil.

A construção civil é um dos setores que ainda apresentam baixa mecanização. As casas e os prédios residenciais brasileiros são erguidos de maneira quase artesanal. “Usar tijolo e argamassa para assentar paredes é um método fora de uso em países desenvolvidos”, diz Alessandro Vedrossi, diretor executivo da construtora Brookfield.

Enquanto no Brasil dois funcionários constroem 17 metros quadrados por dia no sistema de alvenaria, nos Estados Unidos uma dupla de operários levanta de 40 a 50 metros quadrados por dia com material pré-moldado. Isso reduz dramaticamente o tempo de execução. “Se aqui um empreendimento com duas torres de 35 andares exige até 1 500 trabalhadores e leva 42 meses para ficar pronto, os americanos erguem uma obra dessa magnitude em 30 meses e com metade dos funcionários”, diz Vedrossi.

O baixo nível de investimento é resultado também de uma iniciativa privada extremamente pulverizada. Dos cerca de 5 milhões de empresas existentes no Brasil, 90% têm menos de dez funcionários. Nos Estados Unidos, as microempresas representam 54% do total. Quanto menor o porte da empresa, maior a dificuldade em levantar capital e adquirir tecnologias — pelo menos no Brasil. Um estudo do Banco Interamericano de Desenvolvimento mostra que as pequenas empresas precisam de quatro vezes mais capital e trabalho para gerar a mesma quantidade de produção que as grandes companhias. “O Brasil é deficiente em todos os fatores importantes para a produtividade, como inovação, educação e infraestrutura”, diz Gustavo Franco, ex-presidente do Banco Central. “Não fazemos nada do que o manual recomenda para sermos mais produtivos. O resultado está dado.”

Um dos raros setores no Brasil que têm conseguido romper a barreira da inércia na produtividade é a agricultura. Resultado do melhoramento genético de sementes e da adoção de máquinas no campo, uma parte da agricultura nacional deu um salto de eficiência. Nas últimas quatro décadas, a produtividade agrícola tem avançado, em média, 3% ao ano. O melhor exemplo dessa transformação ocorreu

nas lavouras de soja. No início dos anos 70, 1 hectare produzia cerca de 1 400 quilos do grão — a mesma quantidade extraída da terra nos anos 30. Em 2011, o Brasil alcançou o topo da produtividade mundial de soja e colheu, em média, 3 115 quilos por hectare plantado. A alta produtividade do cultivo de soja, porém, não é regra no país. Ao contrário. Estima-se que apenas 20% dos produtores rurais brasileiros operem com produtividade considerada média ou alta — resumindo a elite do campo a menos de 1 milhão de agricultores. Isso explica por que, apesar dos avanços consistentes e contínuos em produtividade, cada trabalhador da agricultura gera por ano 12 000 reais em riqueza, o equivalente a um quarto da média do setor industrial.

O hiato de produtividade entre a elite da agricultura e o produtor comum se repete também na indústria e nos serviços. Nesse setores também convivem empresas operando no estado da arte com outras que produzem de forma rudimentar. “Diante do aumento dos custos com mão de obra e da redução das taxas de juro no Brasil, as empresas deveriam aumentar seus investimentos em automação para elevar os ganhos de produtividade”, diz Júlio Bezerra, sócio da consultoria BCG.

O Brasil dos últimos anos tem avançado muito pouco — e às vezes até recuado — nesse sentido. Em anos recentes, compensamos esse problema incorporando mais gente à produção. Agora, precisamos acelerar o passo da produtividade — e, assim, do nosso desenvolvimento

“Nos últimos anos, não tem faltado oportunidades de trabalho para os brasileiros, o que nos obriga a aproveitar nossos trabalhadores de forma mais eficiente”, diz Hélio Zylberstajn, professor de economia da Universidade de São Paulo (USP), explicando por que a “produtividade” virou a bola da vez do debate econômico. “Até os anos 80, os índices de produtividade brasileiros cresceram relativamente rápido em função de uma mudança estrutural da economia”, diz Fernanda de Negri, do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA). A população migrou para as cidades e começou a engrossar as fileiras de trabalhadores da indústria e serviços – setores cuja produtividade costuma ser maior que a do setor rural.

"A China está vivendo um processo semelhante, por isso, para eles é mais fácil aumentar a produtividade de sua economia enquanto para nós, que precisamos melhorar a performance dentro de cada setor, é mais difícil", acredita.

Dados da entidade americana de pesquisas Conference Board mostram que os funcionários de empresas brasileiras produziram em 2013 uma média de US\$ 10,8 por hora trabalhada. Trata-se da menor média entre países latino-americanos. A chilena foi de US\$ 20,8, a mexicana, de US\$ 16,8, e a argentina, de US\$ 13,9. Empresas grandes têm de empregar centenas de funcionários só para pagar impostos. Além disso, a mesma entidade registrou um crescimento no índice de produtividade brasileiro de apenas 0,8% no ano passado, após uma queda de 0,4% em 2012. Para se ter uma base de comparação, o índice chinês teve alta de 7,1%. Produtividade do trabalho é um indicador que dá a medida da eficiência do trabalho em cada lugar.

Simplificando bastante, poderíamos dizer, por exemplo, que se no Brasil cada trabalhador produz 100 sapatos por mês e nos Estados Unidos, cada um produz 200, a produtividade no setor calçadista americano é o dobro da brasileira – embora na prática a questão seja muito mais complexa (leia quadros ao lado). Então porque um trabalhador no Brasil produz menos que um nos Estados Unidos, no Chile, Coreia do Sul ou Espanha? Estamos tomando cafezinho demais, ignorando prazos para entrega de resultados e trocando muita figurinha da Copa do Mundo na hora do trabalho? A revista britânica *Economist*, por exemplo, causou polêmica no mês passado ao sugerir que o problema poderia ser atribuído também a fatores culturais.

"Poucas culturas oferecem uma receita melhor para curtir a vida", afirmou a publicação, citando um empresário estrangeiro que teria tido dificuldade para contratar profissionais comprometidos com o trabalho no Brasil. Para o economista da Unicamp, Célio Hiratuka, a tese é "simplista e talvez até um pouco preconceituosa". "Em termos de cultura gerencial, o Brasil não é tão diferente de outros países que têm produtividade mais elevada", opina.

De Negri concorda que as causas do problema são muito mais complexas. "A produtividade do trabalho não depende só da capacidade ou empenho do trabalhador", diz. "Uma empresa que adquire máquinas mais modernas produzirá

mais com o mesmo número de funcionários. Outra que precisa alocar muitos empregados para pagar impostos ou resolver questões burocráticas será menos produtiva." Para entender o que existe de relativo consenso sobre as causas do baixo crescimento da produtividade no Brasil iremos discutir neste trabalho, fatores conjunturais relevantes para este resultado ruim.

2.4 Produto interno bruto (PIB) e sua relação com a produtividade

O produto interno bruto (PIB) representa a soma (em valores monetários) de todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada economia (quer seja, países, estados, cidades), durante um período determinado período de tempo (mês, trimestre, ano, etc). O PIB é um dos indicadores mais utilizados na macroeconomia com o objetivo de mensurar a atividade econômica de um país. Existem 3 tipos de PIB:

- Agrícola;
- Industrial;
- Serviços.

Na contagem do PIB, consideram-se apenas bens e serviços finais, excluindo da conta todos os bens de consumo de intermediário (insumos). Isso é feito com o intuito de evitar o problema da dupla contagem, quando valores gerados na cadeia de produção aparecem contados duas vezes na soma do PIB.

PIB nominal e PIB real

Quando se procura comparar ou analisar o comportamento do PIB de um país ao longo do tempo, é preciso diferenciar o PIB nominal do PIB real. O PIB nominal diz respeito ao valor do PIB calculado a preços correntes, ou seja, no ano em que o produto foi produzido e comercializado, já o PIB real é calculado a preços constantes, onde é escolhido um ano-base e é feito o cálculo do PIB eliminando assim o efeito da inflação. Para avaliações mais consistentes, o mais indicado é o uso de seu valor real, que leva em conta apenas as variações nas quantidades produzidas dos bens, e não nas alterações de seus preços de mercado. Para isso, faz-se uso de um deflator (normalmente um índice de preços) que isola o

crescimento real do produto daquele que se deu artificialmente devido ao aumento dos preços da economia.

Fórmula para cálculos do PIB

A fórmula clássica para expressar o PIB de uma região é a seguinte:

$$PIB = C + I + G + X - M$$

Onde,

- C é o consumo privado;
- I é o total de investimentos realizados;
- G representa gastos governamentais (gastos do governo);
- X é o volume de exportações;
- M é o volume de importações

Tendo I igual à formação bruta de capital fixo (FBCF) mais a variação nos estoques (EST), temos:

$$PIB = C + FBCF + EST + G + X - M$$

No longo prazo, a produtividade é a principal fonte de crescimento das economias. A produtividade da mão-de-obra - ou seja, a relação PIB/trabalhador - reflete-se diretamente no nível do PIB per capita. O crescimento econômico só ocorre com aumento sustentado da produtividade. Um processo de crescimento baseado exclusivamente no aumento contínuo da quantidade de fatores utilizados na produção, sem ganhos de produtividade, será limitado em longo prazo, pois o rendimento obtido a cada novo aumento na quantidade dos fatores é decrescente devido ao seu maior uso. A elevação da produtividade reflete a eficiência com que são usados os fatores. Ela se obtém pela introdução de melhorias tecnológicas, no capital humano e no capital físico que permitam aumentar o volume produzido em proporção superior ao aumento dos fatores. Há também ganhos quando os recursos

empregados em atividades pouco produtivas são transferidos para outras de maior produtividade.

Aumentar a produtividade do trabalho brasileiro nos próximos anos é essencial para conquistar ritmo mais forte de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) per capita, concluiu o estudo “Evolução Recente dos Indicadores de Produtividade no Brasil do IPEA”. Isso porque na última década, de quando datam os dados utilizados na pesquisa, o PIB per capita cresceu mais do que a produtividade, impulsionado pela diminuição do desemprego. Entre 1992 e 2001, o PIB per capita cresceu em média por ano a uma taxa de 1,17%, enquanto a produtividade avançou ao ritmo de 1,09% ao ano. Entre 2001 e 2009, o desequilíbrio entre as duas relações cresceu e o PIB per capita passou a aumentar em média 2,29% ao ano, contra 1,17% da produtividade. Já a análise entre 2001 e 2011 mostra uma distância ligeiramente menor entre as taxas médias de crescimento, que ficaram em 2,63% e 1,85%, respectivamente. De acordo com a pesquisa, “algo entre 30% e metade do crescimento do PIB per capita na última década pode ser creditado ao aumento das taxas de ocupação e de participação no mercado de trabalho”. O dilema surge agora, quando o Brasil tem baixa taxa de desemprego e, por questões demográficas, as taxas de ocupação e participação não deverão variar de forma tão significativa nos próximos anos, a expansão mais forte da economia per capita está condicionada a um “crescimento representativo da produtividade do trabalho”. A influência da redução do desemprego no avanço da economia fica mais clara quando são comparadas as contribuições da produtividade e da taxa de ocupação — relação entre a população ocupada e a população economicamente ativa — no crescimento do indicador. Entre 1992 e 2001, a produtividade respondeu por quase todo o ganho no PIB per capita, 93,23%. Nos dez anos seguintes, a parcela caiu para 70,63% e, se tomado apenas o intervalo entre 2001 e 2009, ela recuou para 51,2%. Já a taxa de ocupação, que havia contribuído negativamente para o avanço do PIB per capita entre 1992 e 2001, com queda de 32,5%, respondeu, de 2001 a 2011, por 12,21% de seu aumento.

3 - FATORES QUE INFLUENCIAM A PRODUTIVIDADE

3.1 Economia informal

Em 1997, quando preparou um estudo amplo sobre a competitividade da economia brasileira, a consultoria McKinsey constatou que a produtividade do país havia sido contaminada pela ação deletéria da chamada economia informal. Em razão disso, os técnicos passaram a monitorar alguns sinais vitais da informalidade e decidiram transformar o material reunido num relatório. Uma redução de 20% na informalidade seria capaz de elevar a taxa de crescimento em pelo menos 1,5 ponto percentual. Significa dizer que o PIB do Brasil poderia aumentar 5% ao ano. Se a queda na informalidade fosse maior, o crescimento atual poderia quase dobrar -- o que tornaria o Brasil uma espécie de China dos trópicos. "O país precisa decidir", diz Emerson Kapaz, presidente do Instituto Etco, ONG criada para defender a ética nos negócios, e parceira da McKinsey na preparação do trabalho. "Se não enfrentar essa questão, vai continuar patinando. É como a história da saúva. Ou o Brasil acaba com a informalidade ou a informalidade acaba com o Brasil".

O estudo joga luz num Brasil pouco conhecido, onde prosperam a sonegação, as relações informais, a pirataria e o contrabando. Este Brasil das sombras já responde por nada menos que 40% da renda nacional, diz o estudo -- e tudo indica que ele continua a avançar sobre o Brasil oficial. Os efeitos da informalidade nem sempre são percebidos em toda a sua extensão. Muita gente encara a informalidade não como um problema, mas como uma solução -- num país que gera poucos empregos, nada melhor do que existir alguma maneira de garantir renda para a população pobre. É uma visão limitada. Em primeiro lugar, ela parece se referir ao tempo em que o problema se resumia a algumas bancas de camelôs nas grandes cidades. Bastam poucos números para verificar o anacronismo dessa ótica. De acordo com o estudo da McKinsey, mais de 10% de toda a pirataria musical do mundo acontece no Brasil. De cada dez computadores comprados no país, sete são ilegais. O mercado ilegal de remédios triplicou em apenas quatro anos. Quase 80% do comércio varejista de alimentos pratica sonegação. Quase 60% dos trabalhadores brasileiros não são registrados. A lista de exemplos poderia continuar, mas já deve ter ficado claro que a evasão fiscal há muito deixou de se restringir a

um punhado de vendedores ambulantes ou a algumas poucas sacoleiras que cruzam a fronteira do Paraguai. "Segmentos inteiros de negócios foram estruturados segundo a lógica da sonegação, algumas vezes com claras ramificações no crime organizado", diz Emerson Kapaz.

TABELA 1 – Comparativo de informalidade da economia

Um dos piores do mundo	
A taxa da informalidade brasileira na economia é uma das mais altas (em %)	
EUA	9
China	13
Austrália	15
Chile	20
Índia	23
Argentina	25
Coréia do Sul	27
México	30
Média mundial	32
Colômbia	39
Brasil	40
Rússia	46

Fonte: McKinsey

Quem não vê maiores problemas na informalidade parece não captar seu efeito sobre a taxa de crescimento da economia. De acordo com o estudo, as empresas do setor formal são duas vezes mais produtivas do que as informais. Portanto, toda vez que a informalidade avança, a produtividade média do país cai. Uma economia menos produtiva é aquela que usa seus recursos de maneira pouco eficiente. Muita energia se perde ao longo do processo produtivo e sobra pouco para salários e lucros. Impostos nas alturas geram sonegação -- aqui ou em qualquer lugar do planeta. Por um motivo simples: a decisão de sonegar passa a ser recompensada com uma vantagem de até 30% no preço final. Um exemplo apresentado no estudo da McKinsey mostra que a renda de um pequeno comerciante varejista de alimentos pode triplicar se os impostos deixarem de ser pagos. É esse diferencial que explica o avanço da informalidade. Se a competição entre empresas fosse equilibrada, as mais eficientes prevaleceriam. Como o setor formal é mais produtivo, o país deveria estar observando o fenômeno inverso: a redução da informalidade. A alta da carga tributária, no entanto, fez o jogo virar em

favor dos sonegadores. A competição entre os formais e os informais é tão injusta que chega a comprometer a boa imagem das companhias perante os consumidores.

Impostos nas alturas geram sonegação -- aqui ou em qualquer lugar do planeta. Por um motivo simples: a decisão de sonegar passa a ser recompensada com uma vantagem de até 30% no preço final. Um exemplo apresentado no estudo da McKinsey mostra que a renda de um pequeno comerciante varejista de alimentos pode triplicar se os impostos deixarem de ser pagos. É esse diferencial que explica o avanço da informalidade. Se a competição entre empresas fosse equilibrada, as mais eficientes prevaleceriam. Como o setor formal é mais produtivo, o país deveria estar observando o fenômeno inverso: a redução da informalidade. A alta da carga tributária, no entanto, fez o jogo virar em favor dos sonegadores. A competição entre os formais e os informais é tão injusta que chega a comprometer a boa imagem das companhias perante os consumidores.

3.2 Infra-estrutura logística

Martel (2010) salienta que os custos logísticos no Brasil chegam a 12% do PIB, enquanto nos EUA correspondem a 9% do PIB, sendo a média mundial de 11% do PIB. Para as empresas brasileiras os custos logísticos variam de 4 a 30% das vendas variando em função do tipo de segmento de mercado. Somente os custos do produto são maiores do que os custos logísticos. Desta forma os custos logísticos envolvem grandes dispêndios financeiros, muitas vezes são maiores até do que a própria margem de lucro do produto, conseqüentemente qualquer redução nestes custos representaria aumento nas margens de lucro.

O Brasil perde o equivalente a US\$ 83,2 bilhões por ano com custos logísticos em função de problemas que vão desde a elevada burocracia até a limitada infraestrutura de estradas, ferrovias, portos e aeroportos. O prejuízo representa em torno de 5,6% do Produto Interno Bruto (PIB). Atualmente as empresas buscam ofertar seus produtos e serviços de maneira rápida, barata e melhor que seus competidores. Para tanto, exige-se uma boa infraestrutura dos modais de transporte, pois são estes que determinam o tempo de entrega e até mesmo diferenciais de custos finais. A falta de infraestrutura no Brasil é algo visível. Há precariedade de equipamentos, estradas, escassez de mão de obra especializada e falta de políticas públicas eficientes. Hoje, empresários já reconhecem a logística como um dos

principais fatores de competitividade, pois muitos perderam espaço no mercado por falta de eficiência logística. Neste sentido, algumas iniciativas estão sendo adotadas através do Plano Nacional de Logística e Transporte (PNL), onde há projetos de melhoramento dos modais, principalmente das rodovias e ferrovias. Além do governo, empresários estão investindo em novas tecnologias e numa maior integração da cadeia de suprimentos, para que assim possam reconquistar seu espaço. Como exemplo existe o fato que no Brasil parte dos caminhões circula há mais de 20 anos. Nos Estados Unidos, a idade limite é de seis anos. Essa frota velha é antieconômica, e os preços do transporte de cargas são formados a partir de práticas insustentáveis, como motoristas trafegando muitas horas por dia e levando excesso de cargas. Os investimentos em portos, aeroportos, ferrovias e rodovias ficaram paralisados por quase 30 anos, e só foram retomados com o PAC - Programa de Aceleração de Crescimento.

O Brasil está entre os principais países em desenvolvimento que apresentam maior potencial de crescimento do mundo. Atualmente está entre os vinte maiores exportadores mundiais e só não possui melhor desempenho por falta de infraestrutura física. Neste sentido, o grande freio de crescimento é a falta de qualidade dos modais de transporte. O país possui uma boa infraestrutura de informação, mas deixa a desejar na infraestrutura física, principalmente no que diz respeito ao sistema ferroviário, rodoviário e marítimo. O quadro atual da estrutura dos transportes de cargas do país tem apresentado muitas limitações à expansão do crescimento econômico. Com problema de transporte existente, o país vem desperdiçando bilhões de reais, com roubos de cargas, ineficiências operacionais, acarretando em significativa perda de competitividade. O uso inadequado dos modais acabou gerando uma enorme dependência do modal rodoviário, em função dos baixos preços dos fretes. Apesar da enorme costa e dos rios navegáveis, as rodovias tem papel de destaque. De acordo com o Ministério dos Transportes cerca de 60% das cargas nacionais são transportadas pelas rodovias. No Brasil, o uso excessivo das rodovias esta relacionada à simplicidade de funcionamento, pois transporta diversos tipos de cargas, além de poder oferecer serviço de porta a porta. As rodovias estão lotadas de caminhões cortando o país, e se as estradas ainda fossem boas a defasagem de tempo não seria tão grande como é. Apenas, 11% das estradas brasileiras são pavimentadas, ficando atrás da China, Rússia e Índia. As condições das estradas brasileiras provocam um aumento

no tempo de entrega e uma redução na qualidade de serviços, que muitas vezes tem reflexo no cumprimento de contratos, pagamentos de multas por atraso e até mesmo perda do negócio. Além, dos problemas com as estradas, os empresários brasileiros ainda enfrentam outro problema: o roubo de cargas. Estudos revelam que só no estado de São Paulo onde circulam mais de 50% das cargas transportadas, os roubos cresceram mais de 20% do ano passado pra cá. Por esse motivo muitas transportadoras não apresentam nenhum interesse de crescimento e estão escolhendo seus clientes.

“O Brasil não investe o suficiente para recuperar nem o que perde”, afirma Paulo Resende, coordenador do Núcleo CCR de Infraestrutura e Logística da Fundação Dom Cabral. Se o Brasil investisse, veria os ganhos imediatamente na competitividade das empresas, na melhoria do transporte de cargas e na fluidez da mobilidade urbana. Mas isso significaria ter que aplicar 5,6% do PIB. Nosso patamar atual de investimentos em logística fica em, no máximo, 1,5%. Na economia do País como um todo, os custos de logística consome de 12% a 17% do faturamento das empresas. Em alguns setores como o de bens de capital e o de construção os transportes levam 22,7% e 20,9% da receita, respectivamente. A reclamação das empresas fabricantes é de que a malha brasileira não é capaz de transportar produtos com preços competitivos. As estradas em más condições são o maior entrave. As empresas reclamam das deficiências das rodovias como o aspecto que mais encarece o custo logístico. A carga brasileira é transportada principalmente por rodovias, e os traslados de longa distância são maioria. Outro problema é a informalidade do transporte rodoviário. Há falta de capacitação de motoristas e riscos de segurança no transporte, e a informalidade reflete-se em acidentes – o que custa caro às empresas. Um dos grandes motivos da falta de competitividade das organizações brasileiras no mercado mundial é o alto custo, o chamado custo Brasil. Este custo abrange desde problemas estruturais – infraestrutura - até as burocracias. O mesmo produto agrícola que é produzido no Brasil tem um preço de 35% a mais do que se fosse produzido na Alemanha ou Estados Unidos. Apesar dos empresários brasileiros investirem nos avanços tecnológicos, na qualificação da mão de obra e no aumento da produtividade, a competitividade brasileira ainda é pequena por causa desse custo Brasil. A crescente globalização da economia apoia-se em sistemas logísticos bem desenvolvidos, que permita que os custos de comercialização de produtos em regiões distantes sejam cada vez mais

competitivos. De acordo com os dados do Fundo Monetário Internacional (FMI), o custo da logística representa em média 12% do PIB mundial e no Brasil os custos logísticos representam 17% do PIB brasileiro. Em geral, a logística é responsável por uma porção significativa do custo final do produto, superada apenas pelos custos com matéria prima e produção. A logística reflete uma preocupação com a necessidade de se obter vantagem competitiva em mercados que estão sujeitos a mudanças rápidas. Hoje somente serão premiadas aquelas empresas que forem capazes de proporcionar valor adicionado em escala de tempo cada vez menor. Não há dúvidas que o problema brasileiro seja estrutural, este por sua vez apresenta consequências negativas a toda sociedade. Se o governo não adotar conceitos de planejamento visando o futuro, os investidores deixarão de aplicar recursos no país. O que determina volume de investimento estrangeiro é a expectativa gerada pelo estado no que se refere a medidas políticas e de planejamento. As incertezas de prosperidade - falta de investimento em infraestrutura - reduzem a possibilidade de manter e ampliar o investimento estrangeiro. Sendo assim, criar condições de competitividade para o setor produtivo nacional é de primordial importância para a economia do país.

3.3 Burocracia

O emaranhado de regras e procedimentos exigidos pela legislação faz com que as empresas brasileiras gastem, em média, 15 dias a mais do que as de outros países para exportar um produto. Pior, um estudo do Banco Mundial mostra que, no Brasil, as empresas perdem, em média, 2.600 horas para colocar em dia suas contas com o Fisco — três vezes mais que na Venezuela e 15 vezes mais que na União Europeia. Esses foram dois exemplos dos danos à competitividade das empresas brasileiras causados pela profusão e complexidade de leis e regulamentações do país, discutidos ontem no seminário “As velhas e novas faces da burocracia no Brasil”, promovido pelo Instituto Millenium e a plataforma UM Brasil, em parceria com a Federação do Comércio de São Paulo (Fecomercio-SP). “Fala-se muito em custo da burocracia, mas há o fator tempo (que a burocracia impõe), que num cenário de juros altos traz ainda mais perdas à gestão financeira das empresas” — disse Maria Alejandra Madi, da Unicamp. O ex-embaixador Rubens Barbosa citou o custo Brasil e a sucessão de medidas equivocadas do governo entre os fatores

que roubam a competitividade. Segundo ele, há 63 medidas de defesa comercial vigentes atualmente no país, todas pontuais, mas não existem estratégias de médio e longo prazo para o comércio exterior: — Vai chegar um momento em que a crise ficará tão pesada que se verá a necessidade de mudar de rota.

O Brasil parece uma ilha isolada (do resto do mundo) e, sem nos inserirmos no cenário internacional, maior será a crise. Sérgio Lazzarini, do Insper, destacou um “capitalismo de laços”, no qual a forte presença do Estado na economia (seja intervindo como regulador ou como acionista minoritário em diferentes setores) pode abrir espaço para a corrupção. As empresas privadas acabam se alinhando com o governo, mesmo que não concordem com esse modelo. Esse alinhamento estratégico invariavelmente resulta em doações de campanha. “Nunca vi uma variável explicar tantas coisas no Brasil como as doações de campanha” — disse Lazzarini, referindo-se aos escândalos em série da Lava-Jato. PATRIMONIALISMO ‘MADE IN PORTUGAL’ Nelson Barrizzelli, da USP, lembrou a herança patrimonialista que o país incorporou desde a vinda da família real portuguesa, em 1808: — O patrimonialismo ficou impregnado na sociedade brasileira, que se materializa no suborno ao guarda de trânsito, por exemplo. Isso combinado com o paternalismo do Estado, que precisa da burocracia para controlar a sociedade, desemboca numa relação promíscua com os donos do capital, que não têm interesse ou não trabalham para que a sociedade seja mais bem administrada. No painel “Os novos negócios têm vez no Brasil?”, Fernando Veloso, pesquisador do Ibre, da FGV, destacou as dificuldades para se fazer negócios no Brasil — o país aparece na 120^a posição num ranking mundial sobre as condições de negócios numa lista de 140 países.

3.4 Marco regulatório

Tão importante quanto a agenda tributária, a modernização das leis trabalhistas e o aumento do investimento em infraestrutura, a segurança jurídica é decisiva para o fortalecimento do setor produtivo no Brasil. Leis elaboradas com clareza e regras estáveis aumentam a capacidade das empresas planejarem investimentos e reduzem tanto o risco quanto o custo dos negócios. Na avaliação da Confederação Nacional da Indústria (CNI), é imprescindível que se possa confiar na estabilidade das normas e das decisões judiciais, sob o risco de haver

insegurança jurídica. Outro ponto importante para tornar o país mais seguro para a instalação de empresas nacionais e estrangeiras é a redução das constantes mudanças de jurisprudência, que acabam produzindo efeitos retroativos. Tal situação expõe aqueles que confiaram no entendimento abandonado.

O desempenho do Poder Judiciário e seus aspectos falhos beneficiam justamente aqueles que dele se valem para protelar o cumprimento de suas obrigações (em face do Estado e dos particulares), turvando, por força disso, a capacidade coercitiva e sancionatória das leis. A prestação jurisdicional deficiente traz uma consequência socialmente danosa: a insegurança jurídica. Os reflexos dessa ineficiência são claramente perceptíveis no setor produtivo. Importantes decisões empresariais acerca de novos investimentos, de formação de preço de mercadorias e de concessão de benefícios a trabalhadores, por exemplo, levam em consideração a estabilidade das relações jurídicas, a segurança e a certeza oferecidas pelo direito. O aumento qualitativo da eficiência do Poder Judiciário se reverteria em aumento de investimentos, crescimento do nível de emprego e aquecimento da economia. Ou seja, traria melhora considerável ao ambiente empresarial. É preciso melhorar o nível de segurança dos investimentos e empreendimentos no Brasil. Como exemplo, temos as alterações que o Poder Executivo faz em algumas decisões do Judiciário, como em relação ao Crédito Prêmio de IPI: depois de anos em vigor, o governo federal quis revogar o direito de compensação de impostos ao exportador.

3.5 Tecnologia

A produtividade não depende apenas da capacidade e empenho dos trabalhadores. Um trabalhador com um computador potente pode ser mais produtivo que um com computador ruim ou sem computador. Um país pode adquirir tecnologia ou produzir tecnologia - e no caso do Brasil parece haver dificuldades nas duas frentes. "Para começar, muitas vezes é caro importar máquinas e equipamentos em função de proteções à indústria nacional", diz um presidente brasileiro de uma grande empresa multinacional. Além disso, o país também parece estar na lanterna do grupo dos emergentes quando o tema é a produção de inovações. Segundo um estudo do escritório Montauray Pimenta, Machado & Vieira de Mello, especializado em propriedade intelectual, o Brasil fez 215 pedidos de registro ao escritório americano de patentes (USPTO) em 2011, contra 3.174 da China, 1.234 da Índia e

298 da Rússia. "Em todos os países asiáticos o estímulo à inovação e adoção de novas tecnologias foi um dos pilares dos avanços em índices de produtividade," diz Hiratuka, da Unicamp, mencionando o caso da Coreia do Sul, que já está investindo na instalação da internet 5G. "Já no Brasil, os níveis de investimento nessa área são relativamente baixos e ainda falta uma certa coordenação das políticas públicas de estímulo à inovação - como as linhas de financiamento do BNDES - para que elas produzam os resultados desejados."

Em meio a um processo mundial de inovação, a indústria brasileira enfrenta dificuldades para adotar novas tecnologias, o que contribui para agravar a crise no setor. Estudo da Confederação Nacional da Indústria (CNI) mostra que os empresários têm pouca disposição para comprar e usar novas tecnologias num horizonte de dez anos. O levantamento mostra que, no setor de energias renováveis, de um total de 64 novas tecnologias listadas, em apenas dois casos o índice chega a 70%, percentual que indica uma boa perspectiva de investimento. Em relação a outras 30 novas tecnologias pesquisadas, a disposição de investir é de apenas 10%. No setor de vestuário, com presença forte de micro e pequenas empresas, também é baixa a intenção de adotar novos equipamentos. A exceção é o segmento automotivo, que por sua natureza demanda mais pesquisa. Para 27 de um total de 37 tecnologias emergentes listadas, varia de 51% a 70% o total de empresários que pretendem investir. "Há uma heterogeneidade grande no parque fabril brasileiro. Temos máquinas antigas, com até dez anos de uso a mais do que os equipamentos na Europa" — afirmou Marcelo Pio, especialista de Desenvolvimento Industrial, da Unidade de Estudos e Prospectiva (Uniepro) da CNI. Além de enfrentar os conhecidos desafios relacionados à baixa produtividade da mão de obra e ao custo Brasil, os empresários industriais retardam investimentos devido às atuais incertezas econômicas, o que afeta diretamente a sua produção. Não por acaso, a pauta exportadora brasileira continua baseada em produtos básicos, cuja participação superou pela primeira vez, no primeiro semestre deste ano, o patamar de 50%. O presidente da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), Glauco Arbix, destacou que, ao longo dos últimos anos, governo, instituições e associações empresariais têm se esforçado para difundir uma cultura de inovação. No entanto, avalia, a indústria brasileira carrega o peso de uma tradição negativa, fruto de décadas de uma economia fechada, competição mutilada,

proteção ao mercado e baixa exigência de qualidade no próprio mercado doméstico. “A inovação no Brasil ainda não se dá em áreas críticas. Ela ocorre majoritariamente como uma inovação “mais light, incremental”. Isso tem peso na economia, gera emprego, mas não é uma inovação que marca a história e a trajetória das empresas” — disse Arbix.

3.6 Capital Humano

Embora nos últimos anos o Brasil tenha evoluído no acesso à educação, especialmente no ensino básico, ainda há desafios de ordem quantitativa e qualitativa. A taxa de matrícula no ensino superior, por exemplo, ainda é inferior à média mundial de 38%, segundo dados da Unesco. Nos 10 países com maiores taxas, o percentual médio é de 79%. No aspecto qualitativo, a questão é ainda mais complexa. Se tomarmos como referência o Programme for International Student Assessment (PISA), uma prova aplicada pela OCDE a estudantes de 15 anos em 65 países, a pontuação dos estudantes brasileiros fica em 54.º lugar, abaixo da de nações como México, Chile, Rússia e China. Outra questão é a do baixo alinhamento do ensino superior com as necessidades do mercado. O país carece de capital humano em setores de nível superior, especialmente nos ligados à tecnologia. Mas a principal carência é no ensino técnico, na indústria e no setor de serviços, que, por sua vez, emprega a maior parte da mão de obra com formação superior: 25% dos empregados nesse setor têm ensino superior, ante apenas 9% nas outras áreas. Há ainda a questão do ensino de línguas. A percepção do mercado quanto ao alinhamento do ensino de línguas às suas necessidades (demonstrada pelo World Competitiveness Yearbook, do IMD) ainda é baixa, inferior à média mundial. Países como Chile, Índia e Cingapura apresentam resultado melhor que o do Brasil. Cingapura e Coreia do Sul são países que estavam no mesmo patamar do Brasil há 50 anos e hoje estão em níveis equivalentes aos dos Estados Unidos e Reino Unido. Algumas das medidas adotadas envolvem a preparação e valorização dos professores, a busca pelo alinhamento da educação superior com o mercado e a profissionalização na gestão das escolas públicas. Os Emirados Árabes, por exemplo, desenvolveram um projeto de revisão do sistema educacional, mapeando as projeções de crescimento e de setores específicos, bem como da mão de obra qualificada.

Há uma série de opiniões distintas entre especialistas, da importância da qualificação do capital humano para o avanço da produtividade, porém, todos sem distinção, concordam em três fatores importantes para a elevação da qualidade do capital humano no Brasil:

1. Desenvolver políticas que reduzam as enormes disparidades de capital humano entre trabalhadores e entre empresas. É preciso definir metas mínimas de conhecimento para os estudantes e para as escolas; distribuir os recursos financeiros e humanos (professores, coordenadores etc.) de forma que as escolas e estudantes com pior desempenho tenham mais e melhores recursos; estabelecer currículo em nível nacional, incluindo a definição de material didático básico; criar forças-tarefas para apoiar Estados e municípios a alcançarem as metas; desenvolver políticas de educação profissional de forma que as empresas com maiores deficiências de acesso a capital humano recebam mais atenção, e desenvolver programas de educação profissional, adequados à realidade daquelas empresas e setores.

2. Trazer a educação profissional para o centro do debate. Considerando-se a limitada escolaridade média, a baixa qualidade da educação básica e as lacunas de conhecimento cognitivo e de aprendizado e preparação para o mundo do trabalho, o treinamento e a educação profissional devem ganhar atenção para suprir os alunos dos conhecimentos básicos e laborais necessários para os desafios do mercado de trabalho.

3- Elevar a relação capital/trabalho, ou seja, melhorar as tecnologias, equipamentos e o ambiente físico em que o trabalhador desempenha as suas funções.

3.7 Sistema tributário

As empresas nacionais precisam ser mais produtivas e mais competitivas, pois, no ambiente global e de intensa concorrência, o Brasil tem perdido empresas para países que apresentam melhores condições para se instalar. Um dos fatores que influenciam nesse cenário é a alta carga tributária, que é uma das maiores do mundo. Entre os 34 países da América Latina, o Brasil é o segundo colocado. Os índices da carga tributária têm crescido ao longo dos anos, acompanhado do gasto

publico, mas a eficiência na aplicação dos recursos não está ocorrendo no mesmo ritmo. O Brasil ainda carece de investimentos em serviços básicos, como: educação, saúde, infraestrutura, saneamento, energia, transporte, segurança etc. Na década de 80, a carga tributária correspondia a 25% do PIB e em 2010 já representava 33,2%. Em 2013 ela representou 36,42% do PIB, o equivalente a 8,5 mil Reais por habitante e a 133 dias de trabalho ao ano. Como é dura a realidade de termos que trabalhar um terço do ano para pagar tributos.

Em comparação com os demais países que formam o BRICS, a carga brasileira foi quase o dobro da média, 18,5% (Rússia, 23%; Índia, 13%; China, 20% e África do Sul, 18%). Os brasileiros se deparam com mais de 60 tributos entre impostos, contribuições, taxas federais, estaduais e municipais. São editadas, em média, 35 normas por dia e cada empresa lida com aproximadamente 3500 normas referentes às questões tributárias. São gastos, em média, 45 bilhões de Reais ao ano para a manutenção de pessoal, sistemas e equipamentos no acompanhamento das alterações legislativas. São necessárias reformas estruturais no Brasil, dentre elas a tributária, pois o sistema atual é burocrático, complexo, injusto e desestimula a produção e o consumo. O Brasil é um dos únicos países do mundo em que se tributa o investimento e as exportações. De acordo com o relatório anual Doing Business 2013, do Banco Mundial, o Brasil apresenta a pior classificação no item pagamento de impostos, posicionando-se em 156º lugar; o que é agravado pelo fato do retorno social dos tributos serem baixos em comparação aos países de elevada carga tributária. Experiências de outros países mostram que a alta carga tributária não é sinônimo do oferecimento de serviços de qualidade.

Estudos do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT) demonstram que, pelo quinto ano consecutivo, o Brasil ficou em último lugar, dentre 30 países pesquisados, no retorno de valores arrecadados com tributos à qualidade de vida para a sua população. Desenvolvimento sustentável depende, fundamentalmente, da criação de condições favoráveis ao investimento na atividade produtiva. O sistema tributário onera a produção, afeta o poder de compra da sociedade e o crescimento econômico do país. Podemos citar, como exemplo, o impacto da tributação que incide sobre os medicamentos, que é um bem necessário à população. No Brasil eles têm uma carga tributária média de 35,7%, enquanto que

em Portugal é 4,7%, na Espanha 3,8%, na França 2,1% e nos EUA, na Inglaterra e no México o imposto é zero.

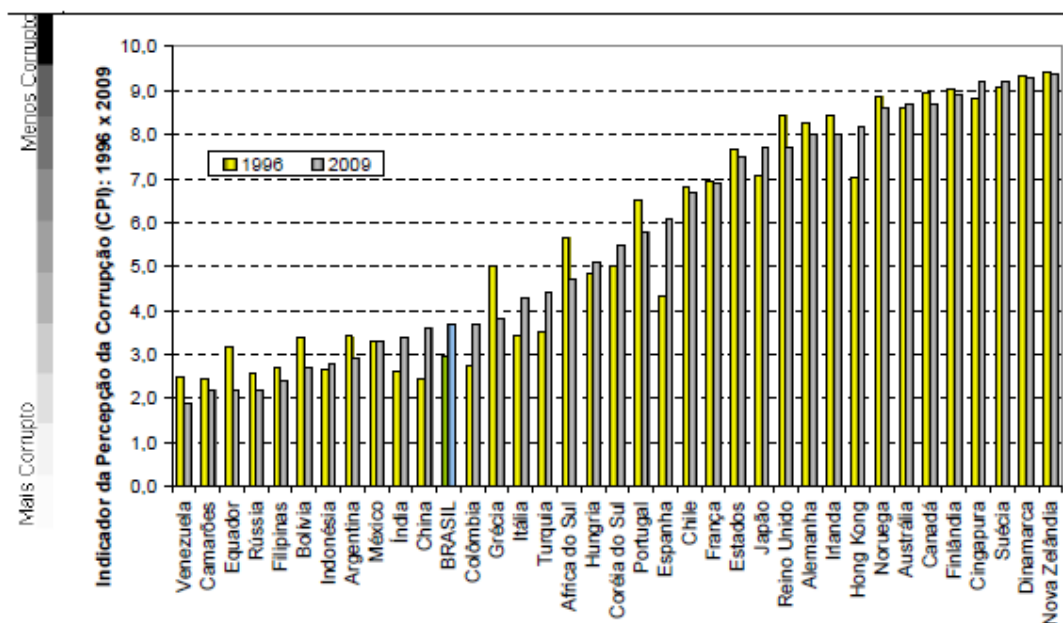
3.8 Corrupção

Um estudo realizado pelo Departamento de Competitividade e Tecnologia (Decomtec) da Fiesp revelou os prejuízos econômicos e sociais que a corrupção causa ao País. Segundo dados de 2008, a pesquisa aponta que o custo médio anual da corrupção no Brasil representa de 1,38% a 2,3% do Produto Interno Bruto (PIB), ou seja, gira em torno de R\$ 41,5 bilhões a R\$ 69,1 bilhões. No período entre 1990 e 2008, a média do PIB per capita do País era de US\$ 7.954. Contudo, o estudo constatou que se o Brasil estivesse entre os países menos corruptos este valor subiria para US\$ 9.184, aumento de 15,5% na média do período, equivalente a 1,36% ao ano. Entre 180 países, o Brasil está na 75ª colocação, no ranking da corrupção elaborado pela Transparência Internacional. Numa escala de zero a 10, sendo que números mais altos representam países menos corruptos, o Brasil tem nota 3,7. A média mundial é 4,03 pontos

Observa-se que países com maior efetividade do governo e maior eficácia das leis, relacionam-se com menores níveis de corrupção percebida do país. Elevada burocracia e a fragilidade das instituições reduzem a eficiência da administração pública brasileira, o que, aliado à baixa eficiência do Sistema Judiciário, refletem o fraco desempenho institucional do Brasil e resultam em baixos índices de governança, compatíveis com o nosso nível de corrupção percebida. Também não é possível descartar que níveis mais elevados de corrupção percebida estão associados ao maior risco do país. Além de prejudicar a estabilidade do ambiente de negócios, ao reduzir a atratividade do investimento produtivo, a corrupção gera consequências negativas sobre o nível do PIB per capita, índices sociais de desenvolvimento como o IDH, a competitividade e o potencial de crescimento da economia. A corrupção é um fenômeno mundial, dado que muitos destes fatores são observados em diversos países. É o que apontam os dois principais indicadores sobre o tema. O Banco Mundial calcula anualmente, desde 1996, seis Indicadores de Governança, dentre eles o ICC (Índice de Controle da Corrupção), para mais de 200 países. Além deste índice, a organização não governamental Transparência Internacional (IT, em inglês) dedica-se ao combate à

corrupção e calcula anualmente, desde 1995, o Índice de Percepção da Corrupção (CPI, em inglês) para mais de 100 países. Neste índice, cada país recebe uma nota de zero (país muito corrupto) a 10 (país pouco corrupto). Entretanto, é importante considerar duas ressalvas com relação a este indicador. Primeiro, o CPI é um índice subjetivo, pois é baseado em pesquisas de opinião de um conjunto de empresários e instituições acerca de suas percepções sobre práticas corruptas. Segundo, por ser subjetivo, um determinado valor do indicador em dois países não representa necessariamente a mesma dimensão de corrupção percebida nesses países (um CPI de três para o país A, por exemplo, não representa necessariamente a mesma corrupção percebida de um indicador três para o país B). Na figura abaixo (Figura 4), observamos a posição do Brasil frente a outros países no indicador CPI.

Figura 4 – Indicador da Percepção da Corrupção: 1996 a 2009



O custo extremamente elevado da corrupção no Brasil prejudica o aumento da renda per capita, o crescimento e a competitividade do país, compromete a possibilidade de oferecer à população melhores condições econômicas e de bem estar social e às empresas melhores condições de infraestrutura e um ambiente de negócios mais estável. As ações anticorrupção no Brasil devem ser focadas em duas questões principais: na criação e fortalecimento dos mecanismos de prevenção, monitoramento e controle da corrupção na administração pública e na redução da percepção de impunidade, por meio de uma justiça mais rápida e

eficiente, de modo a induzir a mudança do comportamento oportunista. De modo geral, é preciso aumentar a eficiência e intensificar o combate à corrupção no país, que deve ocorrer de forma permanente, com punições severas e imediatas.

4 VISÃO DO EMPRESÁRIO BRASILEIRO

4.1 Metodologia da pesquisa

Pretendeu-se desenvolver uma pesquisa bibliográfica e empírica de orientação quantitativa tendo como método de coleta de informações um questionário on-line, o qual foi respondido por 37 executivos de alta gestão (diretores e presidentes), empresários e professores da rede FGV (Fundação Getúlio Vargas). O método quantitativo é caracterizado pelo emprego da quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas: percentual, média, desvio-padrão, coeficiente de correlação, análise de regressão, dentre outras. A partir do resultado obtido, buscou-se averiguar a visão destes profissionais sobre os fatores que impactam a baixa produtividade do Brasil e suas tendências. Para a realização do estudo de caso utilizamos para a coleta dos dados a ferramenta de pesquisa on-line Survey Monkey. De acordo com Gil (1999, p. 50),

As pesquisas deste tipo caracterizam-se pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. Basicamente, procede-se à solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado para, em seguida, mediante análise quantitativa, obterem-se as conclusões correspondentes aos dados coletados.

O questionário foi composto de 6 questões fechadas, que apresentou ao respondente um conjunto de alternativas de respostas para que fosse escolhida uma que melhor represente sua situação ou ponto de vista (ANEXO 1). A solicitação de preenchimento do questionário foi enviado a 50 executivos (que ocupam cargos de direção ou presidência), empresários, e professores da rede FGV. O delineamento da pesquisa buscou atingir uma parcela da população, que conforme Marconi (2011) é o conjunto de seres animados ou inanimados que apresentam pelo menos uma

característica em comum e conceitua amostra como sendo uma porção ou parcela, convenientemente selecionada da população, é um subconjunto da população ou universo. Barbetta (2003) define amostra como parte dos elementos de uma população. Assim para o tamanho da amostra em questão, definimos um erro amostral tolerável de 10%, que segundo Barbetta (2003), o erro tolerável é a quantidade que um pesquisador admite errar na avaliação dos parâmetros de interesse numa população. Para calcular a amostra, foi utilizada a fórmula de amostragem sistemática descrita por Barbetta (2003).

Sendo: N - tamanho (número de elementos) da população:

n - tamanho (número de elementos) da amostra:

n_0 - uma primeira aproximação para o tamanho da amostra e

E_0 - erro amostral tolerável.

$$n_0 = 1 / E_0^2 \quad (1)$$

e

$$n = N.n_0 / N + n_0 \quad (2)$$

A demonstração do cálculo descreve-se, considerando uma população de 50 participantes do questionário.

$$n_0 = 1 / 0,10^2 \quad (3)$$

e

$$n = 50.100 / 50 + 100 = 33,3 \quad (4)$$

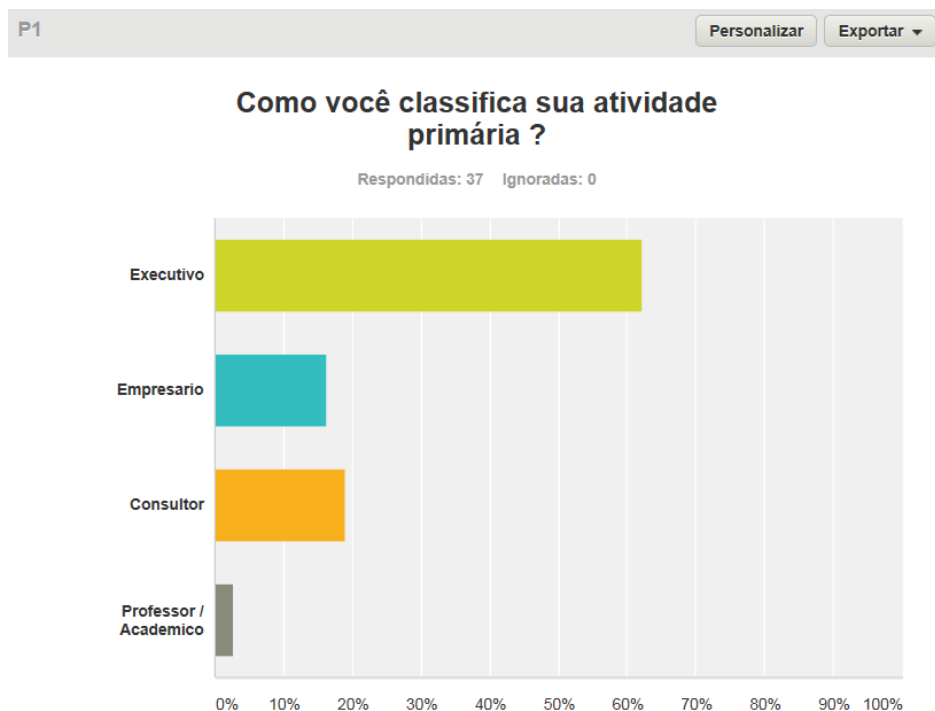
Nesse estudo considera-se uma amostra mínima de 33 participantes que responderam o questionário on-line durante o período de 18 a 24 de Outubro de 2015.

4.2 Apresentação e análise dos resultados

O material obtido a partir da pesquisa realizada no mês de outubro de 2015, possibilitou analisar, responder e tirar as conclusões sobre objetivo principal do estudo e seus fatores de influência. A primeira questão teve por objetivo entender a

ocupação primária do respondente: executivo, empresário, consultor ou professor. Abaixo (Figura 5) temos o resultado das respostas da questão número 1.

Figura 5 – Resultados da questão número 1



Neste gráfico observamos que dois terços dos respondentes, classificam sua ocupação primária como executivos, e um terço está composto por empresários, consultores e professores.

A segunda questão tinha por objetivo, entender na visão do executivo brasileiro, quais fatores externos apresentam maior impacto na baixa produtividade das empresas no Brasil. A questão solicitava para o público numerar em uma escala de 1 a 8 (1 mais alto e 8 mais baixo), os fatores externos e o impacto na produtividade. Na tabela abaixo (Tabela 2), vemos a quantidade de respostas obtidas por fator x escala (1 a 8).

Tabela 2 – Respostas da questão número 2

	1	2	3	4	5	6	7	8	Total
Alto nível de informalidade da atividade econômica	1	4	3	3	3	3	7	9	33
Infra-estrutura logística deficiente	3	5	4	7	7	1	3	3	33
Excesso de burocracia	7	3	8	2	8	0	3	2	33
Marco regulatório inconsistente	0	6	1	6	2	8	6	1	30
Baixo nível tecnológico	2	2	7	3	5	4	2	9	34
Baixa qualificação do capital humano	9	6	3	6	1	7	0	3	35
Sistema tributário com carga elevada e alto nível de complexidade	8	4	5	5	2	0	7	3	34
Alto nível de corrupção	4	3	3	1	4	10	5	3	33
Total	34	33	34	33	32	33	33	33	

Para facilitar a análise das respostas da questão número 2, dividimos a escala de 1 a 8 da seguinte forma:

1 a 4: Mais alto impacto

5 a 8: Mais baixo impacto

Utilizamos a pontuação 15, como divisor (mediana dos valores) para classificar se o fator poderia ser interpretado como grupo de mais alto impacto ou mais baixo impacto. O resultado, pode ser visualizado na tabela abaixo. As pontuações (somatória) acima de 15, foram destacadas em vermelho para mais fácil visualização.

Figura 6 – Análise dos dados da questão número 2

-	1	2	3	4	A	5	6	7	8	B	Total
Alto nível de informalidade da atividade economica	1	4	3	3	11	3	3	7	9	22	44
Infra-estrutura logistica deficiente	3	5	4	7	19	7	1	3	3	14	52
Excesso de burocracia	7	3	8	2	20	8	0	3	2	13	53
Marco regulatorio inconsistente	0	6	1	6	13	2	8	6	1	17	43
Baixo nível tecnologico	2	2	7	3	14	5	4	2	9	20	48
Baixa qualificacao do capital humano	9	6	3	6	24	1	7	0	3	11	59
Sistema tributario com carga elevada e alto nível de complexidade	8	4	5	5	22	2	0	7	3	12	56
Alto nível de corrupcao	4	3	3	1	11	4	10	5	3	22	44
Total	34	33	34	33		32	33	33	33		

Com isso, podemos interpretar que na visão dos respondentes da pesquisa, os seguintes fatores apresentam maior impacto à baixa produtividade das empresas no Brasil (nesta ordem):

- 1 – Baixa qualificação do capital humano
- 2 – Sistema tributário com carga elevada e alto nível de complexidade
- 3 – Excesso de burocracia
- 4 – Infra-estrutura logística deficiente

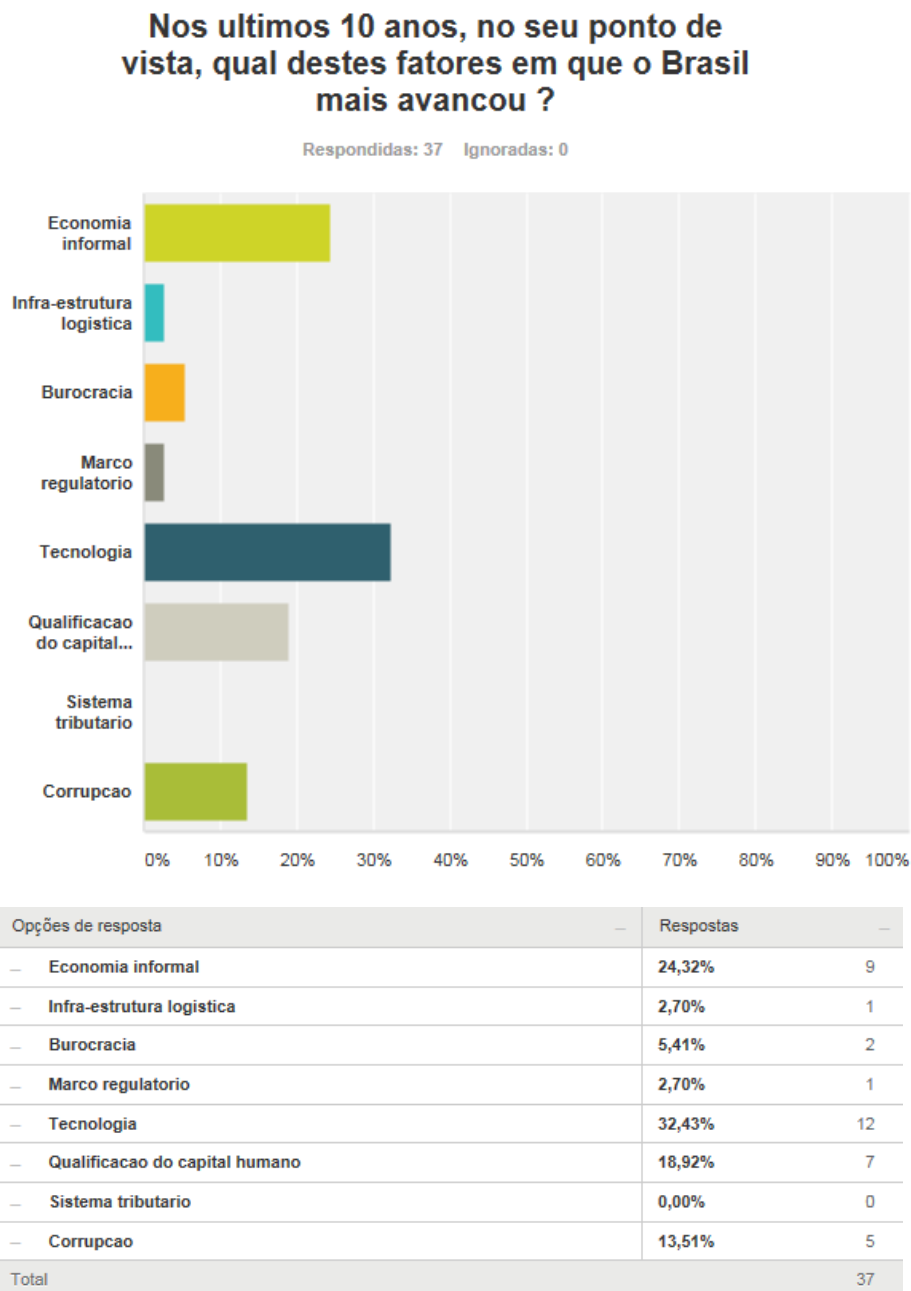
Nesta mesma linha de pensamento, os fatores que menor impacto na produtividade causam, são:

- Marco regulatório incosistente
- Baixo nível tecnológico
- Alto nível de corrupção
- Alto nível de informalidade da atividade econômica

É importante destacar que os resultados são comparativos, portanto lê-se alto ou baixo impacto em uma escala comparativa entre as próprias alternativas.

A questão 3 visava identificar na visão dos respondentes, qual fator destes analisados mais avançou no Brasil nos últimos 5 anos. Abaixo (Figura 7), temos o perfil das respostas coletadas.

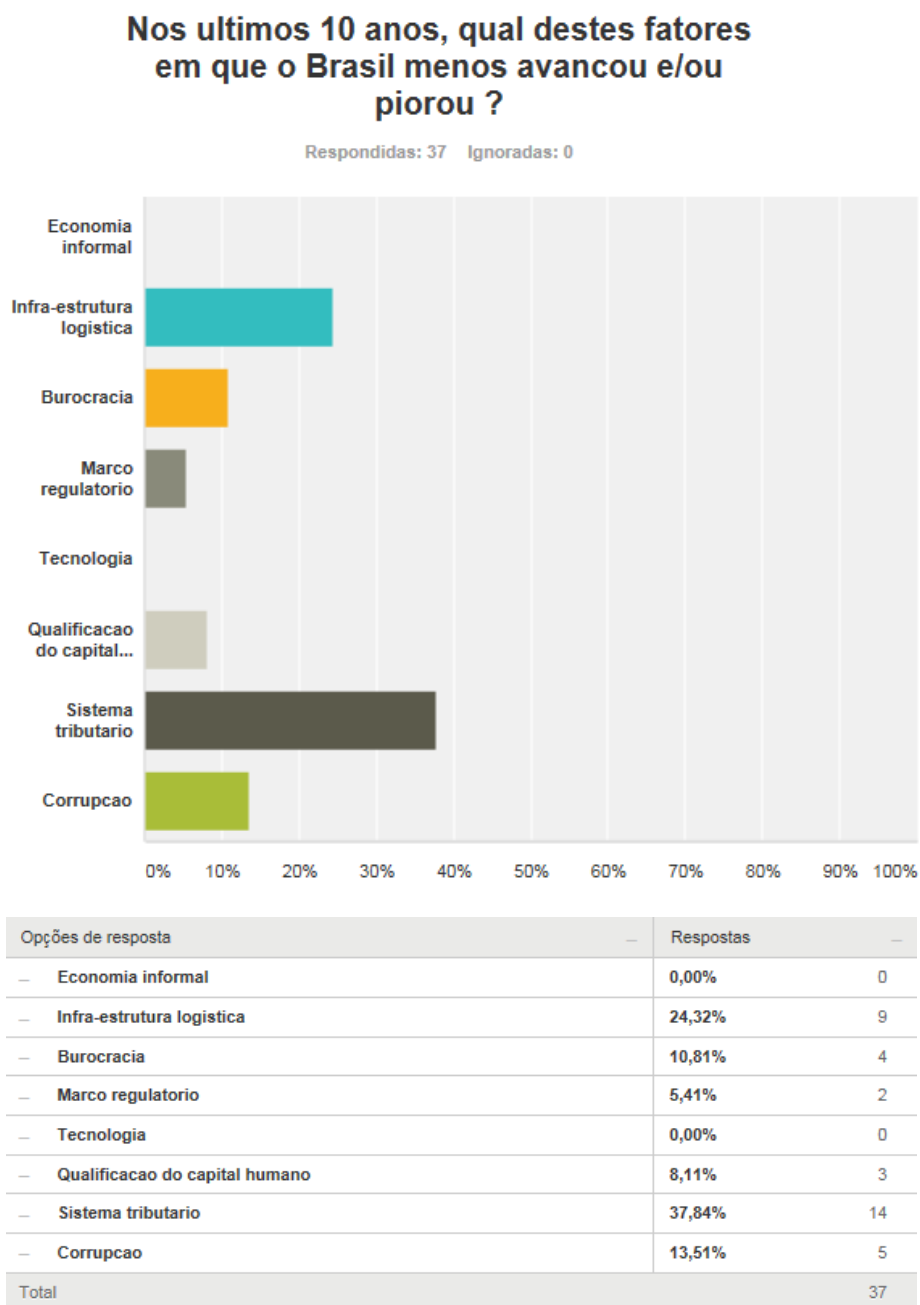
Figura 7 – Respostas da pergunta número 3



É possível verificar que os fatores classificados como os de **maior avanço no Brasil nos últimos 5 anos** foram: **tecnologia** (com 32,4% das respostas), **economia informal** (com 23,3% das respostas) e **qualificação do capital humano** (com 18,9% das respostas).

A questão número 4, nesta mesma linha, perguntou aos executivos, qual o fator que menos avançou no Brasil nos últimos 5 anos. Abaixo, podemos ver o perfil das respostas coletadas.

Figura 8 – Respostas da pergunta número 4

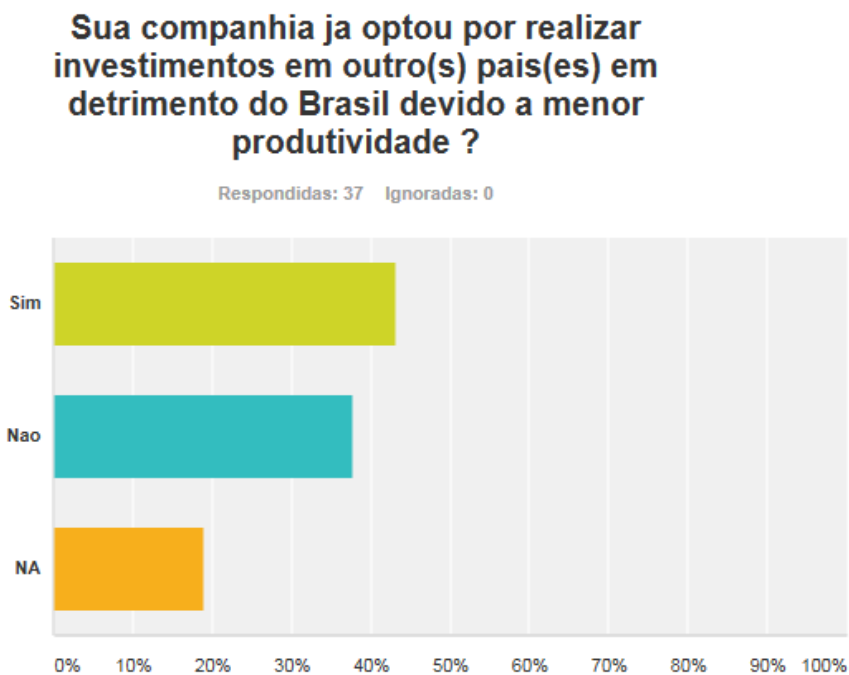


Observando-se as respostas encontradas, verifica-se que os **fatores que menos avançaram e/ou pioraram no Brasil nos últimos 5 anos** na visão dos

respondentes foram: **sistema tributário** (com 37,8% das respostas) e **infraestrutura logística** (com 24,3% das respostas).

A questão número 5 procurava entender o impacto da baixa produtividade do Brasil em relação a novos investimentos das empresas dos respondentes. Abaixo, segue os resultados encontrados (Figura 9):

Figura 9 – Respostas da questão número 5



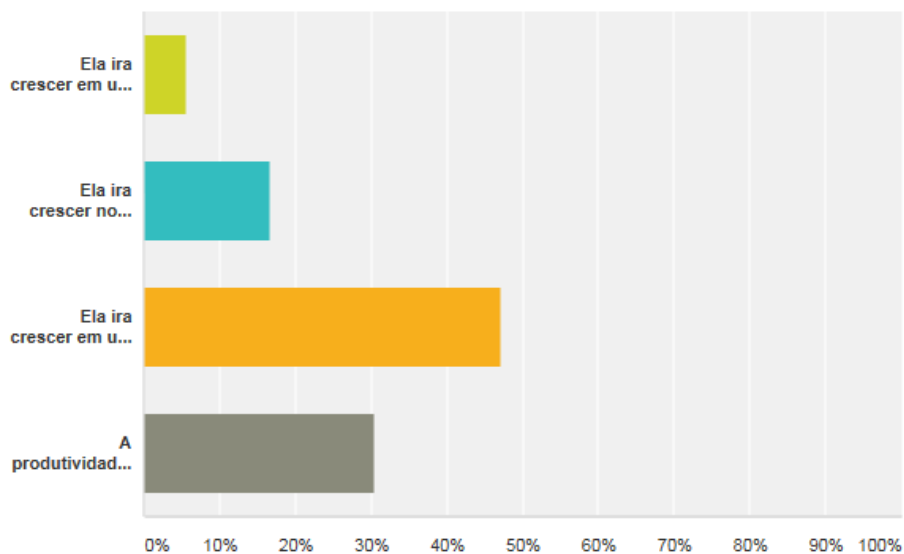
Como podemos observar, a maior parte dos respondentes (43%) responderam que a baixa produtividade do Brasil, já foi motivo para que um novo investimento fosse destinado a outro país em detrimento ao Brasil. Este resultado é realmente preocupante, pois demonstra o alto impacto negativo da baixa produtividade brasileira na competitividade do país, do ponto de vista da atração de novos investimentos.

A última questão, número 6, perguntava sobre a tendência futura de evolução da produtividade do Brasil na visão dos respondentes.

Figura 10 – Respostas da questão número 6

Como voce enxerga a tendencia evolutiva da produtividade para os proximos 5 anos no Brasil ?

Respondidas: 36 Ignoradas: 1



Opções de resposta	Respostas
– Ela ira crescer em um ritmo maior que nos ultimos 5 anos	5,56% 2
– Ela ira crescer no mesmo ritmo que nos ultimos 5 anos	16,67% 6
– Ela ira crescer em um ritmo menor que nos ultimos 5 anos	47,22% 17
– A produtividade nao ira crescer ou ira piorar	30,56% 11
Total	36

A resposta com o maior número de respondentes (47,2%) foi “A produtividade irá crescer em um ritmo menor que nos últimos 5 anos”. Se somarmos as duas últimas alternativas que dizem que a produtividade irá crescer em um ritmo menor que nos últimos 5 anos, ou que não irá crescer, temos um número preocupante de 77% dos respondentes. Ou seja, a resposta desta pergunta demonstra que os executivos brasileiros não estão otimistas com relação ao avanço da produtividade no Brasil nos próximos 5 anos e não enxergam uma tendência positiva.

5 CONCLUSÃO

O objetivo deste trabalho era entender a visão do executivo brasileiro sobre os fatores externos que afetam a produtividade brasileira, sem focar em um segmento ou empresa específica. Para o desenvolvimento desta questão, fez-se necessário investigar tal cenário. Diante disso, desenvolveu-se uma análise bibliográfica relevante no campo dos fatores que normalmente estão associados à produtividade de um país. Após isso, realizou-se uma pesquisa respondida por 37 alto executivos que ocupam posições de comando em empresas no Brasil. Através desta pesquisa, verificou-se a ordem de impacto dos fatores externos na produtividade brasileira, bem como a tendência pela ótica dos respondentes da pesquisa.

Segundo a pesquisa realizada, conclui-se que os fatores que têm maior impacto sobre a baixa produtividade brasileira são: baixa qualificação do capital humano, sistema tributário com carga elevada e alto nível de complexidade, excesso de burocracia e infra-estrutura logística deficiente. Também verifica-se que os fatores que têm menor impacto sobre a baixa produtividade brasileira são: marco regulatório inconsistente, baixo nível tecnológico, alto nível de corrupção e alto nível de informalidade da atividade econômica. A maior parte dos respondentes, citou “tecnologia” como o fator que mais avançou no Brasil nos últimos 5 anos, bem como “sistema tributário” o fator que menos avançou neste mesmo período. A maioria dos respondentes também respondeu que sua companhia já deixou de realizar investimentos no país devido à baixa produtividade. Essa mesma maioria, também enxerga uma tendência negativa, de que a produtividade no Brasil irá crescer nos próximos 5 anos, mas a uma taxa menor que nos últimos 5 anos.

Enfim, temos neste estudo uma leitura realista e que demonstra o impacto negativo de uma série de fatores na baixa produtividade brasileira, que leva a uma falta de competitividade no cenário internacional bem como no desenvolvimento econômico nacional. Podemos citar uma série de propostas de caminhos para a solução deste problema, porém é consenso que o país deve ter uma política nacional clara de desenvolvimento da produtividade, que depende de uma série de fatores como: reforma tributária, investimentos em infra-estrutura e qualificação dos profissionais, etc. Nos últimos anos, temos visto o país lançar diversas políticas de desenvolvimento sobre temas específicos e isto já é um avanço, porém pouco se

observa ainda no campo da execução destas políticas. Portanto, para que o Brasil chegue próximo ao grupo de países com os melhores indicadores em produtividade, mais do que um ótimo planejamento e lançamento de uma contundente política nacional de produtividade, é essencial que este plano seja executado com rigor e dentro de um prazo satisfatório.

3 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Agencia Indusnet Fiesp, estudo. Custo da corrupção no Brasil chega a R\$ 69 bi por ano. Disponível em: <http://www.fiesp.com.br/noticias/custo-da-corrupcao-no-brasil-chega-a-r-69-bi-por-ano/> . Acesso em 25 de outubro de 2015.

ABRAMOVITZ, M. **Resource and Output Trends in the United States Since 1870**. American Economic Review, Estados Unidos, 1956.

BARBETA, Pedro Alberto. **Estatística Aplicada às Ciências Sociais**. 5. ed. – Florianópolis: Ed. da UFSC, 2003.

BONFANTI, Cristiane. **Falta disposição da indústria para investir em novas tecnologias**, 2014. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/falta-disposicao-da-industria-para-investir-em-novas-tecnologias-13395315>. Acesso em 22 de outubro de 2015.

BONELLI, Regis; FONTES, Júlia. **Desafios Brasileiros no Longo Prazo**. EPGE/FGV, Rio de Janeiro, 2013

COSTAS, Ruth. **Entenda por que a produtividade no Brasil não cresce**. Disponível: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/05/140519_produtividade_porque_ru . BBC, 2014. Acesso em 15 de outubro de 2015.

CHRISTENSEN, H. K. **Estratégia corporativa: gerenciando um conjunto de negócios**. In: FAHEY, L.; RANDALL, R. M. *MBA curso prático: estratégia*. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999. p. 67-99.

Equipe técnica. Fiesp. **Relatório corrupção: custos econômicos e propostas de combate**. Disponível em: <http://www.fiesp.com.br/indices-pesquisas-e-publicacoes/relatorio-corrupcao-custos-economicos-e-propostas-de-combate/>. Acesso em 23 de outubro de 2015.

FREITE, Jorge Lins. **Carga tributária e seus efeitos na economia**. CNI. 2005. Disponível em http://arquivos.portaldaindustria.com.br/app/conteudo_18/2012/07/31/1116/20120731164244728493a.pdf. Acesso em 10 de outubro de 2015.

FRIED, Harold; LOVELL, C.A.; SCHMIDT, Shelton. **The Measurement of Productive Efficiency and Productivity Growth**. ISBN-13: 978-0195183528, Oxford University Press, Estados Unidos, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. – 5. ed. - São Paulo: Atlas, 1999.

LAHOZ, Andre. **Uma luz sobre o Brasil das sombras**, EXAME.com, Junho de 2004. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/819/noticias/uma-luz-sobre-o-brasil-das-sombras-m0041746>. Acesso em 10 de outubro de 2015.

LISBOA, Marcos. **Burocracia trava produtividade das empresas brasileiras**. São Paulo – Junho de 2015. Disponível em: <http://www.insper.edu.br/noticias/burocracia-trava-produtividade-das-empresas-brasileiras-2/>. Acesso em 25 de outubro de 2015.

MARTEL, Alain – **Análise e projeto de redes logísticas** – 2ª Ed – São Paulo – Saraiva, 2010.

MESSA, Alexandre; MUSSI Carlos; AMITRAMO Cláudio; DE NEGRI, Fernanda; SQUEFF, Gabriel. **Produtividade no Brasil. Desempenho e determinantes**. Vol 1. ABDI, IPEA. Brasília, 2014.

NERI, Marcelo. **Determinantes da produtividade do trabalho para a estratégia sobre sustentabilidade e promoção da classe média**, IPEA, Brasília, 2013. Disponível em: http://www.sae.gov.br/wp-content/uploads/Produtividade_Classe_Media.pdf. Acesso em 24 de outubro de 2015.

Revista da Madeira. **Problemas de logística afetam competitividade do Brasil**. Edição número 135, Maio de 2013. Disponível em: http://www.remade.com.br/br/revistadamadeira_materia.php?num=1663&subject=Logística&title=Problemas de logística afetam competitividade no Brasil. Acesso em 20 de outubro de 2015.

SANTOS, Altair. **Brasil precisa de capital humano para se consolidar como pólo de negócios**. 2011. Disponível em: <http://www.cimentoitambe.com.br/brasil-precisa-de-capital-humano-para-se-consolidar-como-polo-de-negocios/>. Acesso em 17 de outubro de 2015.

SCHNEIDER, Carlos Rodolfo. Entrevista: **A competitividade brasileira está cada vez mais comprometida**. Revista: O Empresário, ed. 39, pág 8, São Paulo, 2015.

STEINDEL, Charles; STIROH, Kevin, **Productivity: what is it and why do we care about it?** Staff Reports 122, Federal Reserve Bank of New York. Estados Unidos, 2001.

ANEXO 1 – Pesquisa on-line utilizando o web site *SurveyMonkey*
Fatores externos x Produtividade das Empresas no Brasil: Uma visão do executivo brasileiro
1. Como você classifica sua atividade primária ?

- Executivo
 Empresario
 Consultor
 Professor / Academico

2. Numere em ordem de grau de impacto (1 = mais alto, 8 = mais baixo), os fatores externos influenciadores da baixa produtividade das empresas no brasil

	1	2	3	4	5	6	7	8
Alto nivel de informalidade da atividade economica	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Infra-estrutura logistica deficiente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Excesso de burocracia	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Marco regulatorio inconsistente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Baixo nivel tecnologico	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Baixa qualificacao do capital humano	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Sistema tributario com carga elevada e alto nivel de complexidade	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Alto nivel de corrupcao	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

3. Nos ultimos 10 anos, no seu ponto de vista, qual destes fatores em que o Brasil mais avancou ?

- Economia informal
 Infra-estrutura logistica
 Burocracia
 Marco regulatorio
 Tecnologia
 Qualificacao do capital humano
 Sistema tributario
 Corrupcao

4. Nos últimos 10 anos, qual destes fatores em que o Brasil menos avançou e/ou piorou ?

- Economia informal
- Infra-estrutura logística
- Burocracia
- Marco regulatório
- Tecnologia
- Qualificação do capital humano
- Sistema tributário
- Corrupção

5. Sua companhia já optou por realizar investimentos em outro(s) país(es) em detrimento do Brasil devido a menor produtividade ?

- Sim
- Não
- NA

6. Como você enxerga a tendência evolutiva da produtividade para os próximos 5 anos no Brasil ?

- Ela irá crescer em um ritmo maior que nos últimos 5 anos
- Ela irá crescer no mesmo ritmo que nos últimos 5 anos
- Ela irá crescer em um ritmo menor que nos últimos 5 anos
- A produtividade não irá crescer ou irá piorar

Concluído